

lência contra os que defenderam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PFL — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Liberal, consciente de sua responsabilidade, sem se esquecer da dimensão de sua Bancada nesta Assembléia, procura contribuir para que nós superemos este episódio, para que esta Assembléia dê uma palavra de afirmação e inicie o seu trabalho cuidando do que mais importa a este País, cuidando do que mais espera o povo brasileiro, que é a nova Constituição. Mas, não devemos nos dividir em função de um aces-sório, porque a soberania da Constituinte, Sr. Presidente, não será protegida, nem afirmada, nem garantida pelos projetos de decisão. Ela existirá se for fiel ao voto popular, se for digna e corajosa para votar as reformas democráticas que este País espera.

A apreciação deste projeto de Regimento Interno, proporciona a todos nós muitas lições. A principal delas é de que as divergências eventuais não podem nem devem prejudicar o objetivo final, a cada dia conquistado por todos nós, pelo respeito que esta Assembléia impuser àqueles que ousarem ameaçar a legitimidade e a liberdade do seu trabalho. Por isso nós não nos detemos, Sr. Presidente, no exame da semântica de sobrestar ou não sobrestar ameaças que porventura surgiem, porque não podemos admitir que ameaças surjam à liberdade e à soberania desta Casa.

Yotamos a favor, e votaremos até o fim, para superar esse episódio e começar a fazer o trabalho que o povo de nós espera.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PFL — BA. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos como sempre fazemos, atentamente, os oradores que nos antecederam, alguns dos quais não votaram para que esta Assembléia aqui hoje estivesse reunida.

A convocação da Constituinte é, sobretudo, um compromisso da Aliança Democrática para com o País, mas existem muitos Constituintes aqui chegados que participaram da convocação da Emenda nº 26, mas negaram a existência e a possibilidade do País aqui, hoje, ter reunidos os seus representantes para votarem a nova Constituição do Brasil. E são esses mesmos, os mesmos que não queriam a Constituição nova para o Brasil, os mesmos que não queriam a Constituinte, os mesmos que negaram a transição democrática com a eleição do Presidente Tancredo Neves. Aqueles que não vieram ao Colégio Eleitoral para aqui seputarmos definitivamente o passado e darmos início ao processo para a democratização do País, esses aqui chegam hoje, de cara livre, dispostos a nos dizer aquilo que sabemos não corresponde à realidade e dispostos, pela mentira, a tentar nos induzir, esta Assembléia, que não é soberana. Soberano é o Congresso Nacional, soberanos somos todos nós, especialmente aqueles que não têm as suas consciências alienadas a ideologias estrangeiras. Soberanos são todos aqueles que têm compromisso com a grandeza desta Pátria, soberanos são aqueles, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que têm compromissos indeclináveis com os valores do passado, e se dispõem a construir sobre esses valores, uma Nação e uma estrutura jurídica que nos projete e nos dê certeza de um futuro grandioso para o Brasil.

Acredito nos homens de bom senso, acredito nas mulheres de bom senso do meu País. Nunca acreditei nos radicais nem de um extremo, nem de outro, porque eles sempre se encontram, inclusive aqui. Mas aqueles que têm compromissos com os ideais maiores do País, aqueles que ouvem, mas não guardam o ódio e a mentira, aqueles que ouvem, mas repudiam com a palavra e com a ação aqueles que tentam perturbar a ordem deste País, a eles nós respondemos serenamente: "não irão passar sobre a vontade da maioria da Nação." A maioria da Nação é centrista, a maioria da Nação é progressista, mas a maioria da Nação não é radical, nem de direita e nem de esquerda; a maioria da Nação é, sem dúvida alguma, aquela que expressa pela sua fisionomia, pela sua vontade e pelo seu comportamento. Esta Assembléia Constituinte, pelas diversas decisões que aqui tem tomado, sempre dentro desse espírito centrista, voltada para o futuro, voltada para a grandeza do Brasil.

**O SR. GASTONE RIGHI** (PTB — SP. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É muito simples e fácil a posição do PTB que manteve uma linha de coerência desde o início e é chegada a hora de podermos revelar como verdade, agora inegável, a tentativa golpista que um pequeno grupo minoritário, radical, pretendia perpetrar. Dissemos antes que, o suposto projeto de decisão, ao envolver poderes ilimitados, transformaria esta Constituinte num órgão ao desamparo da Constituição e da Legislação em vigor, nós mesmos nos colocaríamos na ilegalidade e teríamos nossos mandatos e funções em risco, ao contrário do que pretendem fazer crer os que aqui sustentam à guisa de que seja soberania um ato espúrio como esse do projeto de decisão, acima do bem e do mal, com poder de vida e morte sobre toda a Nação. Soberania não é isso! Soberania nós a detemos, e a detemos por força da emenda constitucional que convocou esta Constituinte. Lá está dito: "Esta Constituinte é soberana". E é soberana por quê? — Porque pode lavrar uma nova Constituição sem sequer respeitar a República, a União ou a Federação. Soberania não quer dizer poder de vida e morte. O que se pretende aqui é transformar a Constituinte num verdadeiro governo assembleado, ao tipo da Assembléia da Revolução Francesa. Queriam ver cabeças a rolar, queriam provocar a in tranquilidade no País. Ora, temos uma ordem constituida, um Poder Executivo, um Legislativo e um Judiciário e quando votarmos aquela emenda aceitamos ser um Congresso Constituinte. Mentirão quem aqui vier dizer que sustenta a soberania desta Constituinte, porque a soberania decorre da Constituição e da ordem em vigor. Ao desordenarmos o País, ao tentar desordenar, estamos solapando os nossos próprios poderes e com isso não concordo. Essa história de usar a palavra soberania não torna apenas um jogo de palavras, é pior! É um embuste! Na verdade é um disfarçado golpe que se pretende dar, mas, onde estão as forças que amparam esses grupos? Onde está o povo armado? Onde estão as Forças Armadas? Não se tem força e se quer fazer aqui uma revolução com um grupo de sessenta partidários, sessenta homens pretendem deter o poder que só poderia vir pela força de uma Revolução? É um absurdo! Estamos sendo uma Constituinte não originária. Ela é derivada da Constituição que está em vigor e toda a nossa força só existirá se respeitarmos esta Constituição e se pretendermos mantê-la.

Digo mais aos senhores: concordamos com a solução de conciliação a que chegaram as Lideranças Partidárias e concordamos porque diziam os grupos, quando da primeira reunião aqui, que se queria o projeto de decisão para defender-se a Constituinte, defender-se contra riscos aos quais ela pudesse ser exposta. Pois bem, o que diz a emenda que vamos votar? Que temos soberania para sobrestar qualquer medida que ponha em risco o nosso funcionamento ou os nossos trabalhos. Com isso concordamos, evidentemente, não quero que esta Constituinte corra riscos, não quero que seja ameaçada em seu funcionamento, em sua integridade ou nos seus trabalhos, mas isso se atinge por via dessa emenda, mas os grupos radicais não a querem e não a querem por quê? Não é porque queiram defender a Constituinte não, querem fazer dela instrumento de uma revolução da ordem estabelecida e com isso não concordamos.

Votamos pela emenda, votamos pelo consenso da Casa, votamos pela soberania da Constituinte. Votaremos — sim! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que esta Casa vota o art. 58, § 7º, com o substitutivo Maurílio Ferreira Lima, foi muito bom para Casa ouvir os discursos que nos antecederam e ali, no microfone de apartes, ouvia o discurso do Deputado José Lourenço e passou um filme em minha vista, dos anos 70, não havia diferença entre o que falava o Deputado José Lourenço e aqueles que, em 1970, garroteavam as liberdades públicas.

Ouvindo o discurso do Deputado Gastone Righi, lembra-me, da mesma forma, daqueles que falavam em subversão, daqueles que falavam em cassação, daqueles que exigiam que o povo brasileiro ficasse sob a tutela, que sindicatos fossem fechados, que esta Casa fosse violentada, como muitas vezes foi e houve Deputados de outras Legislaturas que ficaram sem água, sem luz, à luz de velas.

Mas, Srs. Constituintes, por outro lado, essa questão é essencialmente política, mas não podemos fugir do debate jurídico, muita sandice já se disse aqui em nome do Direito Constitucional.

Vejo o Deputado José Lourenço falar que a soberania é do Congresso, evidentemente que no Direito brasileiro o Deputado José Lourenço, que não deve ser muito versado, sabe que o Congresso é poder constituído, a constituinte é o poder que constitui; logo a soberania não pode decorrer dele. E o Deputado Gastone Righi diz que a Constituinte é um poder derivado, quando todos os tratadistas de Direito Constitucional no mundo colocam, com muita clareza, que o poder constituído é sempre derivado e o poder constituinte é sempre originário, porque ele cria, constrói, e determina as instituições.

Não vou mais discutir a questão legal e jurídica. Sei que a posição assumida por companheiros bravos que lutaram em defesa das liberdades democráticas, deixaram hoje envergonhados por estarem na companhia daqueles que ontêm pediram sua cassação e o garroteamento da liberdade.

O Deputado José Lourenço que defende com tanta intransigência a emenda do ilustre Deputado Maurício Ferreira Lima, há menos de uma semana dizia — e chamo a atenção desta Casa para que fique em seus Anais, que todos estamos querendo discutir soberania, que estamos querendo subverter a ordem. Daqui a pouco os carrinhos verme-

lhos, os urutus, estarão aí de volta; isso dito pelo Líder do PFL que fala em soberania. Lembro-me daquele autor inglês que dizia: "Falam em liberdade, mas para aniquilá-la; falam em liberdade, mas para matá-la".

Estão falando em soberania capenga. Quero colocar, qui, para os Srs. Constituintes. Vamos ao texto da Emenda Maurílio, sobrestrar a ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. É o Poder Constituinte que pode vir a sobrestrar uma ameaça que virá de outro poder. E, aí, a formalidade. Como se dará isso?

Vou fazer um raciocínio aos ilustres Constituintes. Imaginem que estaremos aqui, amanhã, discutindo uma questão central para este País e para seu desenvolvimento democrático. Algum poder, lá foram, pode achar que estamos, aqui, criando maiores dificuldades. E colocam os urutus do Deputado José Lourenço. Vamos ficar aqui discutindo, primeiro com 1/3 de assinaturas, para saber se os urutus do Deputado José Lourenço, que estarão a nos ameaçar, representam ou não uma ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. Depois de conseguir 1/3, vamos ficar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha) — Solicito ao Orador que conclua sua oração.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — Solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que me permitisse terminar o raciocínio e fosse condescendente, como o foi com os oradores que me antecederam.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O tempo do orador já se esgotou.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — Os urutus do Deputado José Lourenço ameaçando a integridade desta Casa e dos Deputados, eu terei que sair recolhendo 1/3 de assinaturas dos Srs. Deputados. E o Deputado José Lourenço pode achar que seus urutus não são ameaça para esta Casa. E com o peso que teve, como o teve, para fazer, infelizmente, retroceder o PMDB, por certo, também encontrará votos para impedir, na Comissão de Sistematização, que defendamos a soberania da Constituinte.

Srs. Constituintes, esta é uma questão que queremos finalizar. Dirá o Deputado Luiz Henrique, aqui, que não há problema algum, porque já está no preâmbulo a própria colocação do Deputado Maurílio Ferreira Lima argumento que não merece a menor credibilidade. Se está no preâmbulo, por que se modifcou? Porque no preâmbulo também estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — (Fazendo soar a campainha).

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — ... o Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso.

E aos que nos chamam de subversivos, e aos que ontem foram cassados pela Revolução, como o Deputado Gastone Righi, que ontem era chamado de subversivo, e hoje faz o mesmo discurso, queremos dizer que não estamos propondo nada, nem radical, como quis o Deputado José Lourenço.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede ao orador que termine a sua intervenção, pois já excede o tempo.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** — O que estamos propondo é exatamente que esta Casa aceite o Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso. Não é nosso, é do próprio PMDB.

E não estamos aqui para dizer que o Senador Fernando Henrique Cardoso é um radical ou um subversivo. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (PDC — GO) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A posição do PDC é pela soberania da Assembléia Nacional Constituinte. E por que esta posição, Sr. Presidente? Posição coerente dos seus Líderes, que sempre estiveram com o povo. E, neste instante de tamanhas dificuldades, dificuldades atiradas nos caminhos do povo, não podemos deixar de desejar para a Assembléia Nacional Constituinte todo o poder, toda a soberania.

Mas, Sr. Presidente, esta posição foi sustentada em muitas reuniões que fizemos nos diversos gabinetes, inclusive no Gabinete da Presidência da Constituinte. Nós jamais deixamos de sustentar as posições de defesa da soberania da Constituinte, mas não fomos intransigentes a ponto de torpedear a aprovação de um melhor projeto para o Regimento Interno da Constituinte e, nem de prolongar descabidamente, indefinidamente, a aprovação dessa ferramenta básica com que iremos elaborar, confeccionar a Carta Magna que deverá atender aos mais legítimos anseios do povo brasileiro.

Sr. Presidente, tanto isso é verdade que a Democracia Cristã, pelos seus representantes, apresentaram mais de trinta emendas ao segundo Substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso; e, mantendo a luta pela aprovação dessas emendas, os Deputados do Partido Democrata Cristão, os Constituintes do Partido Democrata Cristão requereram trinta e tantos destaques que serão votados e nós iremos fazer força pela sua aprovação. Porque entendemos que o substitutivo, o segundo substitutivo, ainda não corresponde àquilo que desejamos. Mas entendemos que o Senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes mais importantes da luta libertária do povo paulista, não teve condições de apresentar um melhor trabalho. E cabe a cada um de nós, dentro do possível, lutar pelo aperfeiçoamento desse projeto.

Dentre as emendas apresentadas existe um do nosso vice-Líder na Câmara dos Deputados, Constituinte José Maria Eymael, a de número 541, ao § 7º do art. 57, que realmente se aprovada daria condições de soberania praticamente totais à Constituinte. Lutaremos com o nosso Deputado pela aprovação desta emenda, e reservamos o direito deste Deputado manter a luta em nome do PDC, porque nós não queremos, absolutamente, levar os nossos companheiros a qualquer posição de contradição, para cair na desconfiança do povo.

Nós somos, Sr. Presidente, o cimento que haverá de unir as pedras que cada um traz, não para atirar contra a Nação, mas para construir com grandeza o seu grande edifício que possa servir de teto a todo o povo brasileiro, para abrigar todas as suas necessidades, todos os seus anseios, porque já é tempo de atender aos anseios de mudança do povo.

Como cimento, Sr. Presidente, nós desautorizamos a quem quer que seja a querer jogar o Presidente Ulysses Guimarães, Líder das grandes lutas libertárias do povo brasileiro — estivemos em campos opostos, mas eu sempre reconheci isso — contra o Presidente José Sarney, ou atirar o Presidente José Sarney contra o seu companheiro querido Ulysses Guimarães. Nós não atenderemos a esse tipo de fuxico nem de intriga, porque nós sabemos que é necessário

atender aos apelos de união nacional, que o PDC tem feito reiteradamente desta tribuna.

E assim, Sr. Presidente, o PDC vota favoravelmente à Emenda do Constituinte Maurílio Ferreira Lima. (Muito bem!)

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Creio que foi bem ressaltada, inclusive pela Presidência da Mesa, a importância de nós estarmos votando este Regimento. Não apenas porque a opinião pública e a Nação esperavam que esta Assembléia iniciasse os seus trabalhos nas questões de mérito e substantivas, não apenas por isso, mas, fundamentalmente, levando-se em consideração os problemas porque passa o País na sua realidade do cotidiano, problemas que aqui são levemente anuciados, mas que não são discutidas nem aprofundadas. Por exemplo, esses estranhos movimentos repressivos do Governo, e não sabemos se com o respaldo do Governo ou se com autonomia, inclusive inobservando-se as leis, intervindo-se militarmente, seja nos portos, seja nas refinarias. Isto é preocupante. Esta Assembléia Nacional precisa tomar conhecimento disto, discutir e saber o que isto significa, que escalada é esta, quando sabemos que, por outro lado, não há por parte do aparelho de Estado a devida consideração a movimentos que são feitos inclusive contra a lei, pelos setores dominantes da sociedade brasileira, inclusive através de **lock outs**, através de obstáculos e obstruções de estradas e de atividades bancárias, como vimos e assistimos há alguns dias. O Governo aí se omite, o Governo nos movimentos operários se faz presente e de forma repressiva, inclusive desdizendo os seus compromissos democráticos. Essas são questões que nós temos que discutir, discutir junto com a nossa soberania, a soberania do Brasil, da nação brasileira, que hoje, ao assumir soberanamente, politicamente a suspensão do pagamento dos juros da nossa dívida, vem começando a sofrer retaliações não só da comunidade financeira, mas de países imperialistas e isto precisa ser discutido por esta Assembléia, precisa ser aprofundado por nós, e, para tanto, é necessário superemos esta fase adjetiva. Daí a importância de votarmos este regimento hoje, e o mais rápido possível. Em segundo lugar, lembrar inclusive a alguns novos parlamentares que esta Casa vai assistir à formação de alguns blocos como já se assistiu aqui a comunistas, nós, juntos com o PDS, representantes da direita e talvez até da extrema direita nesta Assembléia, em questões adjetivas, garantia do direito da Minoria — foi conseguido modificar o Regimento, com essa aliança, hoje, estamos em aliança com o PMDB, quando ficamos contra, na questão dos Senadores de 1982, que era afirmação soberana, e não ficamos junto do PDT, que votou pelos votos dos Senadores. São blocos que se formam, que se desfazem e que voltaram a formar-se; nada de estranho. E não se confunda a nossa posição com a posição do PFL, nem do PDS, nem do PTB; nossa posição tem uma justificativa: iremos votar pelo acordo feito, pela negociação, porque soberania não é questão regimental, soberania não é uma questão jurídica, soberania é exercício de um poder político, que este Plenário tem que exercer. Não importa dizer que medidas podem ameaçar, têm que, que só podem ser medidas relevantes. Quem vai decidir o que é ameaça ou o que é relevante é o Plenário e não o Regimento. O que o Regimento vai garantir é o exercício de podermos exigir uma decisão do Plenário, através dos projetos de decisão. Não vamos discutir adjetivação,